

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	129.746
Preferenciais	38.328
<b>Total</b>	<b>168.074</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	1.735.905	1.651.739
1.01	Ativo Circulante	519.897	448.624
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	140.601	154.560
1.01.02	Aplicações Financeiras	85.514	17.452
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	85.514	17.452
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	85.514	17.452
1.01.03	Contas a Receber	200.869	207.846
1.01.03.01	Clientes	200.869	207.846
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	200.869	207.846
1.01.04	Estoques	2.755	2.913
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.616	21.115
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.616	21.115
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	27.616	21.115
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.000	1.269
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	59.542	43.469
1.01.08.03	Outros	59.542	43.469
1.01.08.03.01	Serviços em curso	40.822	37.289
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	18.720	6.180
1.02	Ativo Não Circulante	1.216.008	1.203.115
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	632.878	543.973
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	29.377	28.701
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	29.377	28.701
1.02.01.03	Contas a Receber	221.584	224.410
1.02.01.03.01	Clientes	221.584	224.410
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.723	9.799
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.723	9.799
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	374.194	281.063
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	10.272	10.779
1.02.01.09.04	Benefício fiscal - ágio incorporado a controladora	101.646	103.730
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	19.410	18.921
1.02.01.09.06	Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	240.013	144.781
1.02.01.09.09	Outros ativos não circulantes	2.853	2.852
1.02.02	Investimentos	1.163	1.163
1.02.04	Intangível	581.967	657.979
1.02.04.01	Intangíveis	581.967	657.979
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	581.967	657.979

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	1.735.905	1.651.739
2.01	Passivo Circulante	321.097	294.783
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.430	8.037
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.430	8.037
2.01.01.01.01	Salários e encargos a pagar	14.430	8.037
2.01.02	Fornecedores	85.660	82.739
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	85.660	82.739
2.01.03	Obrigações Fiscais	52.683	47.321
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	25.318	19.603
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.281	4.331
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	2.314	2.345
2.01.03.01.03	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	10.659	10.800
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.188	1.521
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	488	296
2.01.03.01.09	Outros	388	310
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	26.676	27.000
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	26.676	27.000
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	689	718
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviço - ISS	689	718
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	96.224	87.418
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	56.256	50.353
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	58.037	53.016
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	-1.781	-2.663
2.01.04.02	Debêntures	39.968	37.065
2.01.05	Outras Obrigações	61.769	62.853
2.01.05.02	Outros	61.769	62.853
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	791	5.909
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	42.990	40.304
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	17.988	16.640
2.01.06	Provisões	10.331	6.415
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.331	6.415
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	3.916	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.787	4.787
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.628	1.628
2.02	Passivo Não Circulante	574.075	587.208
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	536.891	547.354
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	464.365	474.879
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	447.456	457.491
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	16.909	17.388
2.02.01.02	Debêntures	72.526	72.475
2.02.02	Outras Obrigações	17.650	17.470
2.02.02.02	Outros	17.650	17.470
2.02.02.02.03	Fornecedores	9.016	9.016
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	2.230	3.127
2.02.02.02.06	Outros passivos	6.404	5.327

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.02.04	Provisões	19.534	22.384
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.534	22.384
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	896	4.703
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.610	11.169
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	7.028	6.512
2.03	Patrimônio Líquido	840.733	769.748
2.03.01	Capital Social Realizado	179.787	179.787
2.03.02	Reservas de Capital	266.766	266.766
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	179.315	179.315
2.03.02.07	Rem de bens e direitos constituídos com capital próprio	4.649	4.649
2.03.02.08	Reserva de incentivos fiscais	82.428	82.428
2.03.02.10	Outras	374	374
2.03.04	Reservas de Lucros	315.575	315.575
2.03.04.01	Reserva Legal	35.957	35.957
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	146.984	146.984
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	132.486	132.486
2.03.04.10	Outras reservas	148	148
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	69.304	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	9.301	7.620

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	316.817	266.093
3.01.01	Receita Bruta	459.176	384.330
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-142.359	-118.237
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-206.389	-197.134
3.03	Resultado Bruto	110.428	68.959
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.538	-22.343
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.500	-11.570
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.038	-10.773
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	79.890	46.616
3.06	Resultado Financeiro	2.035	-26
3.06.01	Receitas Financeiras	22.420	16.858
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.385	-16.884
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	81.925	46.590
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.621	-11.344
3.08.01	Corrente	-11.412	-14.050
3.08.02	Diferido	-1.209	2.706
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	69.304	35.246
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	69.304	35.246
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,40315	0,25031
3.99.01.02	PNA	0,44347	0,22553
3.99.01.03	PNB	0,44347	0,22553

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	69.304	35.246
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.681	1.936
4.02.01	Ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	2.547	2.932
4.02.02	Tributos sobre ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	-866	-996
4.03	Resultado Abrangente do Período	70.985	37.182

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	101.281	89.688
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	103.251	70.146
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	81.925	46.590
6.01.01.02	Amortização	13.311	12.407
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	11.603	7.356
6.01.01.04	Outras receitas e despesas financeiras líquidas	395	324
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível baixado	-53	0
6.01.01.06	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-264	-488
6.01.01.07	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-3.666	3.957
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.970	19.542
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	16.021	34.056
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	-5.994	19.205
6.01.02.03	Estoques	158	-584
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-306	169
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	-1.731	-597
6.01.02.06	Outros ativos	-15.336	-17.205
6.01.02.07	Fornecedores	2.921	-5.004
6.01.02.08	Salários e encargos a pagar	6.393	2.149
6.01.02.09	Encargos de dívidas e swap pagos	-4.859	-4.016
6.01.02.10	Taxas regulamentares	1.789	2.205
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	-3.966	-9.972
6.01.02.12	Indenizações/Contingências pagas	515	-975
6.01.02.14	Outros passivos	2.425	111
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-99.454	-13.972
6.02.02	Aquisição de intangível	-31.654	-28.133
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	-67.800	14.161
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.786	-15.513
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-11.654	-7.046
6.03.04	Obrigações vinculadas	986	137
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-5.118	-8.604
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13.959	60.203
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	154.560	25.217
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	140.601	85.420

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	179.787	266.766	315.575	0	7.620	769.748
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	179.787	266.766	315.575	0	7.620	769.748
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.304	1.681	70.985
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.304	0	69.304
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.681	1.681
5.05.02.06	Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	1.681	1.681
5.07	Saldos Finais	179.787	266.766	315.575	69.304	9.301	840.733

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	179.787	266.766	267.836	0	5.523	719.912
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	179.787	266.766	267.836	0	5.523	719.912
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-10.798	0	-10.798
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.798	0	-10.798
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.246	1.936	37.182
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.246	0	35.246
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.936	1.936
5.05.02.06	Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	1.936	1.936
5.07	Saldos Finais	179.787	266.766	267.836	24.448	7.459	746.296

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
7.01	Receitas	455.221	380.354
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	459.176	384.330
7.01.02	Outras Receitas	-289	-19
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-289	-19
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.666	-3.957
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-199.588	-183.177
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-137.873	-131.435
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-61.715	-51.742
7.03	Valor Adicionado Bruto	255.633	197.177
7.04	Retenções	-13.311	-12.407
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.311	-12.407
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	242.322	184.770
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.420	16.858
7.06.02	Receitas Financeiras	22.420	16.858
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	264.742	201.628
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	264.742	201.628
7.08.01	Pessoal	16.443	17.048
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.036	8.799
7.08.01.02	Benefícios	5.177	5.832
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.600	2.088
7.08.01.04	Outros	-3.370	329
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	158.479	132.352
7.08.02.01	Federais	79.626	67.709
7.08.02.02	Estaduais	78.165	64.183
7.08.02.03	Municipais	688	460
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.516	16.982
7.08.03.01	Juros	18.561	15.442
7.08.03.02	Aluguéis	131	97
7.08.03.03	Outras	1.824	1.443
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	69.304	35.246
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	10.798
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	69.304	24.448

## Comentário do Desempenho

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando especificado)

### 1. ÁREA DE CONCESSÃO

A COSERN é uma Companhia distribuidora de energia elétrica, com atuação no Estado do Rio Grande do Norte, que atende a uma população estimada de 3.014 mil habitantes em 167 municípios. Sua área de concessão engloba 52.797 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a 100% do território do Estado.

### 2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

#### 2.1 MERCADO

##### 2.1.1 CONSUMIDORES

Descrição	Evolução do número de consumidores ativos					
	31/03/12	31/03/11	Variação Vertical		Variação Horizontal	
			31/03/12	31/03/11	31/03/12	
Residencial	1.006.727	976.042	85,90%	85,69%	30.685	3,14%
Industrial	5.021	5.164	0,43%	0,45%	(143)	-2,77%
Comercial	76.378	74.857	6,52%	6,57%	1.521	2,03%
Rural	63.962	64.039	5,46%	5,62%	(77)	-0,12%
Poder Público	12.393	11.888	1,06%	1,04%	505	4,25%
Iluminação Pública	5.718	5.302	0,49%	0,47%	416	7,85%
Serviço Público	1.645	1.598	0,14%	0,14%	47	2,94%
Subtotal	<u>1.171.844</u>	<u>1.138.890</u>	<u>99,98%</u>	<u>99,99%</u>	<u>32.954</u>	<u>2,89%</u>
Consumo Próprio	184	104	0,02%	0,01%	80	76,92%
Suprimento	4	4	0,00%	0,00%	-	0,00%
Total	<u>1.172.032</u>	<u>1.138.998</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>33.034</u>	<u>2,90%</u>

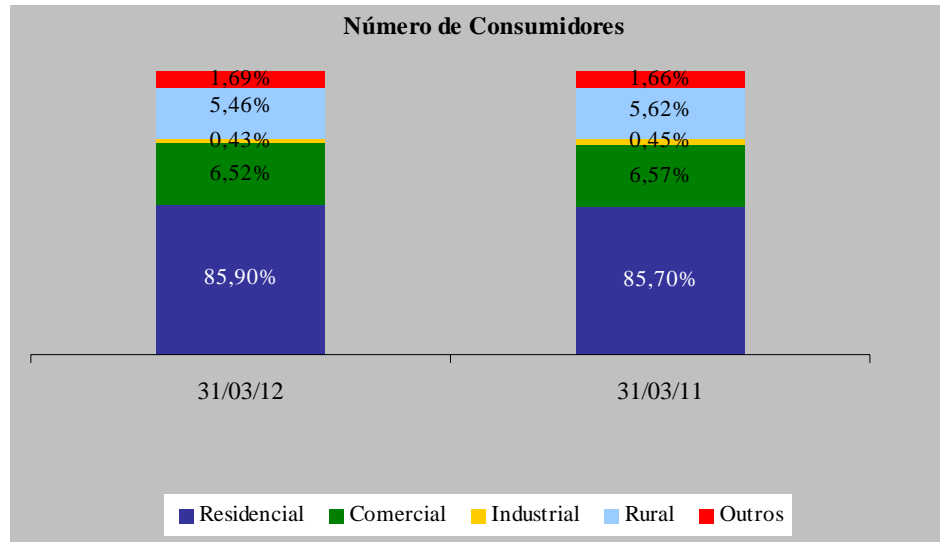
Em março de 2012 o número de consumidores ativos apresentou um aumento de 2,90% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que significa um aumento de 33.034 novos consumidores, representando cerca de 91 novas ligações por dia.

As classes residencial e iluminação pública foram as que apresentaram maior crescimento relativo, quando comparados os meses de março 2012 e março 2011. Na classe Residencial o crescimento foi de 3,14%, que refletiu o crescimento vegetativo do número de domicílios no Estado. Na classe Iluminação Pública o crescimento de 7,85% foi ocasionado pela atualização de cadastro. Em números absolutos, porém, a classe residencial foi a que apresentou maior evolução com um incremento de 33.034 consumidores.

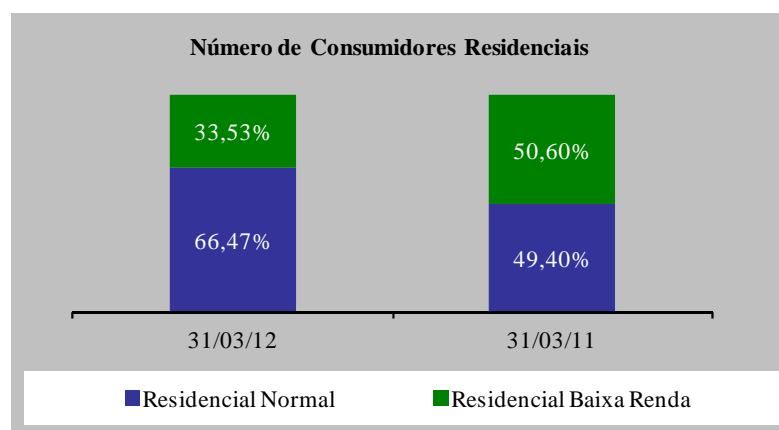
As classes rural e industrial apresentaram queda de 0,12% e 2,77%, respectivamente, quando comparados os meses de março de 2012 e março de 2011. Na classe Rural houve uma redução devido à baixa de contratos, principalmente nas residências rurais. Na classe Industrial a redução do número de consumidores foi um reflexo do processo de desindustrialização por que passa a economia norte-riograndense, com fechamento de várias indústrias nos últimos meses.

## Comentário do Desempenho

### 2.1.1.1 PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO



### 2.1.1.2 PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL



O número de consumidores residenciais corresponde a 85,91% do total, equivalente a 1.006.727 consumidores. A participação de clientes de baixa renda mostra uma queda comparado com o mesmo período do ano anterior, em virtude da migração de consumidores para a classe residencial normal devido a mudança nas faixas de consumo do baixa renda, conforme a adequação a Resolução ANEEL nº. 414.

## Comentário do Desempenho

### 2.1.2 CONSUMO

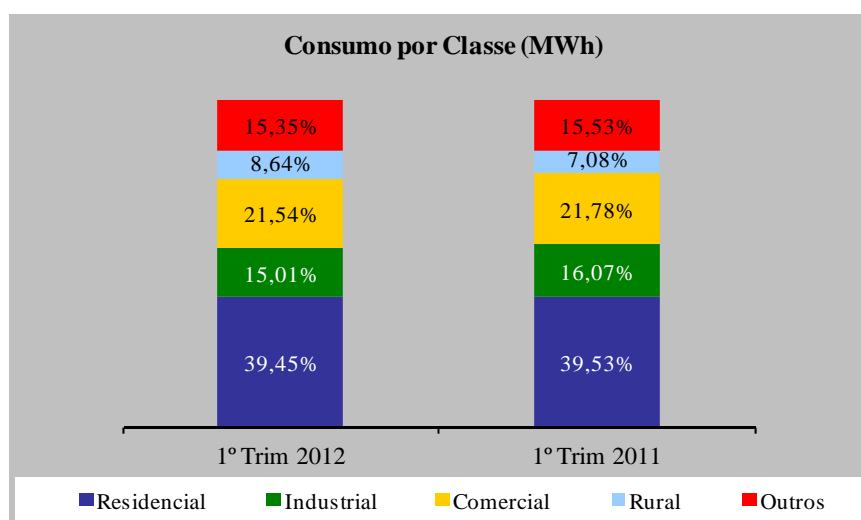
	Evolução do Consumo por classe em MWh				
	1º Trim.		Variação Vertical %		Variação Horizontal %
	2012	2011	1º Trim/12	1º Trim/11	1º Trim/12 - 1º Trim/11
Residencial	407.523	383.826	39,45%	39,53%	6,17%
Industrial	155.086	155.987	15,01%	16,07%	-0,58%
Comercial	222.554	211.498	21,54%	21,78%	5,23%
Rural	89.269	68.777	8,64%	7,08%	29,79%
Poder público	57.453	53.763	5,56%	5,54%	6,86%
Iluminação pública	37.571	37.012	3,64%	3,81%	1,51%
Serviço público	62.410	58.981	6,04%	6,07%	5,81%
Subtotal	1.031.866	969.844	99,89%	99,89%	6,40%
Consumo próprio	1.173	1.070	0,11%	0,11%	9,63%
Total	1.033.039	970.914	100,00%	100,00%	6,40%

No primeiro trimestre de 2012 o mercado cativo da Companhia apresentou um acréscimo de 6,40%, em relação ao mesmo período de 2011, o que representa um aumento de 62.125 MWh, com acréscimos significativos nas classes Residencial, Rural e Poder Público.

A maior evolução 29,97%, ocorreu na classe rural devido a maior utilização de irrigação artificial em razão da pouca ocorrência de chuvas.

A classe industrial teve uma queda de 0,58%, justificado pelos setores têxteis e de confecções que vem demonstrando declínio nos últimos meses.

#### 2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE EM MWh



## Comentário do Desempenho

### 3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh

CCEARs	%	Contratos		Residencial	%
965.955	81,79	1.181.069		407.523	39,45
1.043.348	83,22	1.253.680		383.826	39,53
PROINFA	%	Mercado Livre		Industrial	%
25.019	2,12	158.313		155.086	15,01
22.325	1,78	156.244		155.987	16,07
Termoaçu	%	Perdas Rede Básica	Injetada	Comercial	%
190.095	16,10	(30.228)	1.356.626	222.554	21,54
188.007	15,00	(26.593)	1.262.372	211.498	21,78
		Sobras ou Déficit		Rural	%
		47.338		89.269	8,64
		(121.080)		68.777	7,08
		Intercâmbio		Outros	%
		134		158.607	15,35
		121		150.827	15,53
Legenda:					
Trimestre de 2012					
Trimestre de 2011					

O Balanço Energético da Companhia indica que 81,79% da energia circulada pela rede da distribuidora foi proveniente de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. O restante 18,21%, foi atendido pela Termoaçu que começou a operar no mês de setembro/2008 e também pelo Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.

O mercado livre exigiu a entrega de 158.313 MWh de energia durante o primeiro trimestre de 2012, representando um acréscimo de 1,32% em relação ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo movimento de migração de alguns consumidores para o mercado livre. O movimento de migração para o mercado livre dos clientes em condições de optar pelo fornecedor de energia elétrica iniciou-se em maio de 2002, representando no primeiro trimestre 2012, 11,67% da energia injetada pela Companhia.

## Comentário do Desempenho

### 4. INVESTIMENTOS

	Investimento
	Total
Distribuição	34.248
Administração	1.627
Total	<u>35.875</u>

A Companhia vem realizando investimentos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. Neste trimestre foram investidos cerca de R\$ 35.875.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados a projetos de ampliação e reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações e extensão de redes.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia. Os principais projetos em andamento são:

- Expansão e renovação em subestações e linhas de alta tensão;
- Expansão e renovação de redes de distribuição;
- Automação e Telecomunicações do sistema de distribuição;
- Instalação de medidores;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações

### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### 5.1 RESULTADO DO PERÍODO

	1º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
Receita bruta	459.176	384.330	74.846	19,47%
Deduções da receita bruta	(142.359)	(118.237)	(24.122)	20,40%
Receita Líquida	316.817	266.093	50.724	19,06%
Custos de Bens e/ou Serviços vendidos	(206.389)	(197.134)	(9.255)	4,69%
Resultado bruto	110.428	68.959	41.469	60,14%
Despesas com vendas / Gerais e Administrativas	(30.538)	(22.343)	(8.195)	36,68%
Resultado do serviço	79.890	46.616	33.274	71,38%
Amortização	13.311	12.407	904	7,29%
Resultado na alienação/Desativação bens e direitos	289	20	269	1 345,00%
EBITDA	93.490	59.043	34.447	58,34%
Resultado financeiro	2.035	(26)	2.061	-7 926,92%
Lucro antes dos impostos	81.925	46.590	35.335	75,84%
IR e CSLL	(12.621)	(11.344)	(1.277)	11,26%
Lucro do Período	69.304	35.246	34.058	96,63%

## Comentário do Desempenho

### 5.1.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia apresentou, no primeiro trimestre de 2012, uma Receita Bruta 19,47% superior à alcançada no mesmo período de 2011, enquanto que a Receita Líquida teve um acréscimo de 19,06% quando comparados os primeiros trimestres dos exercícios 2012 e 2011. Dado as variações acima houve um acréscimo de R\$ 74.846 na Receita Bruta e de R\$ 50.724 na Receita Líquida

Os fatores determinantes da variação na Receita Líquida foram:

- Crescimento da receita com fornecimento de energia e disponibilidade de uso da energia elétrica no montante de R\$ 76.886, devido principalmente a:
  - ✓ Reajuste tarifário de 12,40% conforme resolução homologatória ANEEL nº. 1.139 de 19 de abril de 2011, aplicado a partir de 22 de abril de 2011;
  - ✓ Crescimento de 6,40% no consumo de energia elétrica equivalente a 62.124 MWh em relação ao mesmo período de 2011, devido principalmente ao crescimento normal do mercado (consumidores x consumo x tarifa).
- Crescimento da receita de construção da infra-estrutura de concessão devido ao aumento de investimentos no montante de R\$ 4.385, quando comparado ao trimestre de 2012. A receita de construção não produz efeito líquido no resultado da empresa devido à sua contrapartida no custo. As receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria foram contabilizados em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção, que estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas aos contratos de construção.
- Crescimento dos tributos de ICMS, PIS e COFINS (deduções da receita bruta) no montante de R\$ 13.982, R\$ 1.261 e R\$ 5.807, respectivamente, em decorrência principalmente do acréscimo da receita bruta de vendas e/ou serviços.
- Crescimento dos encargos setoriais no montante de R\$ 2.968.

## Comentário do Desempenho

### 5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	1º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
<b>Custos e Despesas Não Gerenciáveis</b>				
Energia elétrica comprada para revenda	(119.717)	(116.268)	(3.449)	2,97%
Encargos de uso do sistema de transmissão/distribuição	(18.156)	(15.167)	(2.989)	19,71%
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica – TFSEE	(635)	(513)	(122)	23,78%
	<u>(138.508)</u>	<u>(131.948)</u>	<u>(6.560)</u>	<u>4,97%</u>
<b>Custos e Despesas Gerenciáveis</b>				
Pessoal e Administradores	(18.890)	(19.013)	123	-0,65%
Material	(861)	(929)	68	-7,32%
Serviços de terceiros	(18.258)	(14.630)	(3.628)	24,80%
Amortização	(13.311)	(12.407)	(904)	7,29%
Provisões Líquidas - PCLD	(3.666)	(3.957)	291	-7,35%
Provisões Líquidas - Contingências	(252)	1.463	(1.715)	-117,22%
Custo de construção	(40.243)	(35.858)	(4.385)	12,23%
Outros Custos e Despesas Gerenciáveis	(2.938)	(2.198)	(740)	33,67%
	<u>(98.419)</u>	<u>(87.529)</u>	<u>(10.890)</u>	<u>12,44%</u>
<b>Total</b>	<u><u>(236.927)</u></u>	<u><u>(219.477)</u></u>	<u><u>(17.450)</u></u>	<u><u>7,95%</u></u>

Os custos e despesas operacionais no primeiro trimestre de 2012 tiveram um aumento de 7,95%, correspondente a R\$ 17.450, em relação ao mesmo trimestre do exercício de 2011.

Os principais fatores que contribuíram para esse fato foram:

- Crescimento do custo com energia elétrica comprada para revenda no montante de R\$ 3.449 devido principalmente ao maior volume de energia comprada em leilões e ao incremento no custo devido à elevação do preço médio dos leilões.
- Aumento de R\$ 2.989 nos encargos de uso do sistema de transmissão devido principalmente ao reajuste anual dos encargos da rede básica;
- Aumento de R\$ 4.385 no custo de construção da infraestrutura da concessão que não produz efeito líquido no resultado da empresa devido a sua contrapartida na receita, conforme mencionado na variação da Receita líquida.
- Acréscimo de R\$ 3.628 em serviços de terceiros decorrente principalmente de:
  - ✓ Aumento de número de cortes em razão da política de redução da inadimplência;
  - ✓ Serviços de inspeções referentes a Resolução ANEEL nº. 414;

## Comentário do Desempenho

### 5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	1º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	5.438	2.533	2.905	114,69
Juros, comissões e acréscimo moratório	8.682	7.144	1.538	21,53
Encargos, variação monetária e swap (líquidas)	(10.672)	(7.256)	(3.416)	47,08
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(1.413)	(2.447)	1.034	-42,26
<b>Total</b>	<b>2.035</b>	<b>(26)</b>	<b>2.061</b>	<b>-7.926,92</b>

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido de R\$ 2.035 positivo no primeiro trimestre de 2012, contra R\$ 26 negativo no mesmo período de 2011.

Os fatos que mais contribuíram para o resultado deste trimestre foram:

- Acréscimo de R\$ 2.905 em Renda de aplicações financeiras justificado por um volume maior de recursos aplicados no período;
- Acréscimo de R\$ 1.538 em Juros, comissões e acréscimo moratório de fatura de energia justificado pelo aumento tarifário e pelo crescimento de mercado, aumentando a arrecadação de juros e de acréscimos moratórios sobre as faturas de energia;
- Acréscimo de R\$ 3.416 em Encargos e variação monetária e cambial (líquidas) devido aos ingressos e novas captações de recursos que elevaram a dívida e conseqüentemente os encargos financeiros.

## 6. PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Empresariais	Acumulado até		Variação %
	31/03/12	31/03/11	2011/2010
<u>Indicadores Econômicos</u>			
Receita Operacional Bruta	459.176	384.330	19,47%
Receita Operacional Líquida	316.817	266.093	19,06%
EBITDA	93.490	59.043	58,34%
Resultado do Serviço	79.890	46.616	71,38%
Resultado Financeiro	2.035	(26)	-7926,92%
Lucro Líquido	69.304	35.246	96,63%
Margem EBITDA (%)	29,51%	22,19%	32,99%
Margem Operacional (%)	25,22%	17,52%	43,95%
Margem Líquida (%)	21,88%	13,25%	65,13%
<u>Indicadores Financeiros</u>			
Ativo Total	1.735.905	1.524.628	13,86%
Dívida Bruta	633.115	519.776	21,81%
Patrimônio Líquido	840.733	746.296	12,65%
Investimentos	35.875	14.040	155,52%
Dívida Total Líquida das Disponibilidades e Aplicações em Títulos	377.623	402.690	-6,22%
Dívida Total Líquida/(Dívida Total Líquida + Patrimônio Líquido)	30,99%	35,05%	-11,58%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líquida	-34,40%	-1,00%	3340,00%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	48,43%	48,95%	-1,06%

## Comentário do Desempenho

Em 31 de março de 2012 a dívida bruta, incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos totalizam R\$ 633.115, 21,81% superior ao mesmo período do ano anterior em função de ingressos e novas captações de recursos.

<u>Indicadores de Produtividade (*)</u>			<u>Variação %</u>
	<u>31/03/12</u>	<u>31/03/11</u>	<u>2011/2010</u>
Nº de Empregados	737	722	2,08%
Nº de Consumidores	1.172.032	1.138.998	2,90%
Consumidores/Empregados	1.590	1.578	0,76%
Receita Operacional Líquida/Empregados	430	369	16,53%

Em março de 2012 o quadro de empregados da empresa teve um aumento de 2,08% em relação ao mesmo período do ano anterior. O número de consumidores apresentou um acréscimo de 2,90% refletindo no crescimento da relação Consumidores / Empregados.

<u>Conciliação EBITDA</u>	<u>1º Trimestre</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro Líquido	69.304	35.246
Despesas financeiras	20.385	16.884
Receitas financeiras	(22.420)	(16.858)
Resultado na alienação/Desativação bens e direitos	289	20
Imposto de renda	22.145	10.042
Imposto de renda incentivo SUDENE	(11.608)	(858)
Amortização	13.311	12.407
Amortização de ágio	2.084	2.160
<b>EBITDA</b>	<b>93.490</b>	<b>59.043</b>

**Notas Explicativas****BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - R\$ Mil**

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/03/12</b>	<b>31/12/11</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	140.601	154.560
Contas a receber de clientes e outros	4	200.869	207.846
Títulos e valores mobiliários	5	85.514	17.452
Impostos e contribuições a recuperar	6	27.616	21.115
Estoques		2.755	2.913
Despesas pagas antecipadamente		3.000	1.269
Entidade de previdência privada		228	399
Serviços em curso	7	40.822	37.289
Outros ativos circulantes	8	18.492	5.781
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>519.897</b>	<b>448.624</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber de clientes e outros	4	221.584	224.410
Títulos e valores mobiliários	5	29.377	28.701
Impostos e contribuições a recuperar	6	10.272	10.779
Impostos e contribuições diferidos	9	7.723	9.799
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		101.646	103.730
Depósitos judiciais	10	19.410	18.921
Entidade de previdência privada		2.477	2.477
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	11	240.013	144.781
Outros ativos não circulantes		376	375
Investimentos		1.163	1.163
Intangível	12	581.967	657.979
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.216.008</b>	<b>1.203.115</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.735.905</b>	<b>1.651.739</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas****BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - R\$ Mil**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/03/12</b>	<b>31/12/11</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	13	85.660	82.739
Empréstimos e financiamentos	14	56.256	50.353
Debêntures	15	39.968	37.065
Salários e encargos a pagar	16	14.430	8.037
Taxas regulamentares	17	42.990	40.304
Impostos e contribuições a recolher	18	52.683	47.321
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	791	5.909
Provisões	20	10.331	6.415
Outros passivos circulantes	21	17.988	16.640
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>321.097</b>	<b>294.783</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	13	9.016	9.016
Empréstimos e financiamentos	14	464.365	474.879
Debêntures	15	72.526	72.475
Taxas regulamentares	17	2.230	3.127
Provisões	20	19.534	22.384
Outros passivos não circulantes	21	6.404	5.327
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>574.075</b>	<b>587.208</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	22	179.787	179.787
Reservas de capital		266.766	266.766
Reservas de lucros		183.089	183.089
Outros resultados abrangentes		9.301	7.620
Proposta de distribuição de dividendos adicional		132.486	132.486
Lucro líquido do período / exercício		69.304	-
<b>TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO</b>		<b>840.733</b>	<b>769.748</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.735.905</b>	<b>1.651.739</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 - R\$ Mil**

	<u>Notas</u>	<u>31/3/2012</u>	<u>31/3/2011</u>
<b>RECEITA BRUTA</b>	23	<b>459.176</b>	<b>384.330</b>
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	24	(142.359)	(118.237)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>316.817</b>	<b>266.093</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO</b>	25	(206.389)	<b>(197.134)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>110.428</b>	<b>68.959</b>
Despesas com vendas	25	(14.500)	(11.570)
Despesas gerais e administrativas	25	(16.038)	(10.773)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		<b>79.890</b>	<b>46.616</b>
Receita financeira	26	22.420	16.858
Despesa financeira	26	(20.385)	(16.884)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTOS</b>		<b>81.925</b>	<b>46.590</b>
Imposto de renda e contribuição social		<b>(12.621)</b>	<b>(11.344)</b>
Corrente	9	(20.936)	(12.748)
Diferido	9	(1.209)	2.706
Imposto de renda - SUDENE	9	11.608	858
Amortização ágio e reversão PMIPL		(2.084)	(2.160)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>69.304</b>	<b>35.246</b>
<b>LUCRO BÁSICO POR AÇÃO</b>			
ON		<b>0,40315</b>	<b>0,25031</b>
PNA		<b>0,44347</b>	<b>0,22553</b>
PNB		<b>0,44347</b>	<b>0,22553</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS TRIMESTRES FINDOS  
EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 - R\$ Mil**

	<u>31/03/12</u>	<u>31/03/11</u>
<b>Lucro do período</b>	<b>69.304</b>	<b>35.246</b>
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos		
Ajustes ativos financeiros da Concessão	2.547	2.932
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	(866)	(996)
<b>Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos</b>	<b>1.681</b>	<b>1.936</b>
<b>Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos</b>	<b><u>70.985</u></b>	<b><u>37.182</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 - R\$ MIL

	Reservas de Lucros										Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido	
	Reserva de Capital					Reservas de Lucros							
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Outras Reservas de Capital	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes			Lucros Acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2010	179.787	4.648	179.315	82.428	375	114.033	35.937	30.504	-	5.523	-	87.342	719.912
Distribuição de Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	(30.504)	-	-	-	30.504	-
Reversão de Dividendos Presentes	-	-	-	-	-	-	-	-	148	-	-	-	148
Aprovação da proposta de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	(30.504)	148	-	-	(87.342)	(87.342)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(56.838)	(87.194)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	233.128	-	233.128
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.097	-	-	2.097
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal/SUDENE	-	-	-	-	-	32.951	-	-	-	-	(32.951)	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.623)	-	(37.623)
Dividendos intermediários (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.572)	-	(39.572)
Dividendos propostos (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(101.982)	101.982	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	179.787	4.648	179.315	82.428	375	146.984	35.937	-	148	7.620	-	132.466	769.748
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69.304	-	69.304
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.681	-	-	1.681
Saldo em 31 de março de 2012	179.787	4.648	179.315	82.428	375	146.984	35.937	-	148	9.301	69.304	132.466	840.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 - R\$ Mil

	<u>31/03/12</u>	<u>31/03/11</u>
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>		
<b>Lucro do período (Antes dos Impostos)</b>	81.925	46.590
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização	13.311	12.407
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	11.603	7.356
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	395	324
Valor residual do ativo intangível baixado	(53)	-
Provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(264)	(488)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.666)	3.957
	<u><b>103.251</b></u>	<u><b>70.146</b></u>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Contas a receber de clientes e outros	16.021	34.056
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(5.994)	19.205
Estoques	158	(584)
Depósitos judiciais	(306)	169
Despesas pagas antecipadamente	(1.731)	(597)
Entidade de previdência privada	171	(1)
Outros Ativos	(15.507)	(17.204)
	<u><b>(7.188)</b></u>	<u><b>35.044</b></u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	2.921	(5.004)
Salários e encargos a pagar	6.393	2.149
Encargos de dívidas e swap pagos	(4.859)	(4.016)
Taxas regulamentares	1.789	2.205
Impostos e contribuições sociais a recolher	(3.966)	(9.972)
Indenizações/Contingências pagas	515	(975)
Outros passivos	2.425	111
	<u><b>5.218</b></u>	<u><b>(15.502)</b></u>
<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u><b>101.281</b></u>	<u><b>89.688</b></u>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(11.654)	(7.046)
Obrigações vinculadas	986	137
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(5.118)	(8.604)
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u><b>(15.786)</b></u>	<u><b>(15.513)</b></u>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de intangível	(31.654)	(28.133)
Títulos e valores mobiliários	(67.800)	14.161
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<u><b>(99.454)</b></u>	<u><b>(13.972)</b></u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><b>(13.959)</b></u>	<u><b>60.203</b></u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	154.560	25.217
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>140.601</u>	<u>85.420</u>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<u><b>(13.959)</b></u>	<u><b>60.203</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE

	<u>31/03/12</u>	<u>31/03/11</u>
<b>Receitas</b>		
Vendas de energia, serviços e outros	459.176	384.330
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.666)	(3.957)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(289)	(19)
	<u>455.221</u>	<u>380.354</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	(119.717)	(116.268)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(18.156)	(15.167)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(61.715)	(51.742)
	<u>(199.588)</u>	<u>(183.177)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>255.633</b>	<b>197.177</b>
Amortização	(13.311)	(12.407)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>242.322</b>	<b>184.770</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	22.420	16.858
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>264.742</b>	<b>201.628</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remunerações	11.379	8.190
Encargos sociais (exceto INSS)	2.600	2.088
Entidade de previdência privada	859	492
Auxílio alimentação	1.456	546
Convênio assistencial e outros benefícios	695	712
Rescisões	88	1.170
Férias e 13º salário	1.020	1.124
Plano de saúde	515	468
Indenizações trabalhistas	2	145
Participação nos resultados	2.511	4.106
Administradores	657	609
(-) Transferência para ordens	(5.339)	(2.602)
Custos imobilizados / intangíveis	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>16.443</b>	<b>17.048</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
INSS (sobre folha de pagamento)	2.448	1.966
ICMS	78.165	64.183
PIS/COFINS sobre faturamento	38.842	31.774
Imposto de renda e contribuição social	12.621	11.344
Obrigações intra-setoriais	25.715	22.625
Outros	688	460
<b>Subtotal</b>	<b>158.479</b>	<b>132.352</b>
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>		
Juros e variações cambiais	18.561	15.442
Aluguéis	131	97
Outros	1.824	1.443
<b>Subtotal</b>	<b>20.516</b>	<b>16.982</b>
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>		
Juros sobre capital próprio	-	10.798
Lucro / Prejuízos	69.304	24.448
<b>Subtotal</b>	<b>69.304</b>	<b>35.246</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>264.742</b>	<b>201.628</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

---

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A., (“NEOENERGIA”) é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal – Rio Grande do Norte.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km<sup>2</sup>, outorgada pelo Decreto de 30 de dezembro de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº. 08, firmado em 31 de dezembro de 1997 com vigência até 31 de dezembro de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas Informações Trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2011, descritas na nota explicativa nº. 2 da referida demonstração, e portanto, devem ser analisadas em conjunto.

Adicionalmente as informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, bem como outras informações consideradas relevantes.

## Notas Explicativas

Em função da adoção das novas normas contábeis emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM em 31 de dezembro de 2010, a Companhia reapresentou as Informações Trimestrais do referido ano, portanto, as informações Trimestrais do período de três meses findo em 31/03/2011, apresentadas comparativamente estão consistentes com as práticas contábeis dessas informações trimestrais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 20 de abril de 2012, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

Adicionalmente, a informação contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificada, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	31/12/11	
	Balço Patrimonial	
	Publicado	Reclassificado
Ativo não circulante		
Impostos e contribuições sociais diferidos	39.698	9.799
Passivo não circulante		
Impostos e contribuições sociais diferidos	29.899	-

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/12	31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	2.692	6.039
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.019	1.013
Fundos de investimento	136.890	147.508
	<u>140.601</u>	<u>154.560</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentuais que variam de 98,5% a 100%.

## Notas Explicativas

### 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

	Ref.	31/03/12	31/12/11
Consumidores	(a)	460.097	469.120
Títulos a Receber		969	952
Comercialização de Energia na CCEE	(b)	16.318	16.319
Disponibilização do Sistema de Distribuição		7.079	6.830
Serviços Prestados a Terceiros		2.294	2.424
Outros Créditos		6.433	6.617
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(c)	(70.737)	(70.006)
Total		<u>422.453</u>	<u>432.256</u>
Circulante		200.869	207.846
Não Circulante		221.584	224.410

#### (a) Consumidores

	Saldo vincendo	Saldo vencido		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Setor Privado							
Residencial	21.682	34.237	11.582	67.501	68.139	(12.920)	(13.170)
Industrial	11.173	4.344	4.136	19.653	22.653	(5.438)	(6.032)
Comercial, serviços e outras	34.915	11.201	8.909	55.025	56.803	(9.961)	(10.188)
Rural	<u>2.779</u>	<u>3.130</u>	<u>15.304</u>	<u>21.213</u>	<u>23.557</u>	<u>(14.410)</u>	<u>(14.645)</u>
	70.549	52.912	39.931	163.392	171.152	(42.729)	(44.035)
Setor Público							
Poder Público							
Federal	3.063	289	89	3.441	3.167	(100)	(126)
Estadual	144.565	2.281	204	147.050	148.242	(118)	(146)
Municipal	<u>75.507</u>	<u>2.530</u>	<u>8.243</u>	<u>86.280</u>	<u>87.345</u>	<u>(19.511)</u>	<u>(17.448)</u>
	223.135	5.100	8.536	236.771	238.754	(19.729)	(17.720)
Iluminação pública	2.520	236	655	3.411	3.546	(678)	(673)
Serviço público	11.376	523	1.161	13.060	13.646	(6.632)	(6.626)
Fornecimento não faturado	<u>43.463</u>	-	-	<u>43.463</u>	<u>42.022</u>	-	-
Total	<u>351.043</u>	<u>58.771</u>	<u>50.283</u>	<u>460.097</u>	<u>469.120</u>	<u>(69.768)</u>	<u>(69.054)</u>
Circulante				210.166	259.885	(69.134)	(68.842)
Não Circulante				249.931	209.235	(634)	(212)

No contas a receber estão incluídos valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, acrescidos de juros e multa calculados pro rata temporis.

Do saldo total, o montante de R\$ 140.148 (R\$ 144.328 em 31 de dezembro de 2011), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito CD-0103/2006 e CD-0023/2011.

#### (b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

## Notas Explicativas

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº. 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consumidores	Títulos a Receber	Subtotal	Outros Créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(69.054)	(952)	(70.006)	(17.031)	(87.037)
Adições	(6.749)	(17)	(6.766)	-	(6.766)
Reversões	6.035	-	6.035	-	6.035
Saldos em 31 de março de 2012	<u>(69.768)</u>	<u>(969)</u>	<u>(70.737)</u>	<u>(17.031)</u>	<u>(87.768)</u>

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/03/12	31/12/11
<b>Disponíveis para venda</b>						
Banco Nordeste do Brasil	(1)	Carteira de clientes/CDI	Diversos	CDI	29.377	28.701
Banco do Brasil	(2)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	44.182	6.530
Banco Itaú	(2)	CDB	diversos	CDI	2.194	2.141
Bradesco	(2)	Fundo Recife	(*)	CDI	2.842	2.392
Bradesco	(2)	CDB/CDI	Diversos	CDI	759	742
Bradesco	(2)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	29.741	-
Bradesco	(2)	LFT	março/2013	CDI	10	-
Caixa Econômica Federal	(2)	CDB	diversos	CDI	5.786	5.647
Total					<u>114.891</u>	<u>46.153</u>
Circulante					85.514	17.452
Não Circulante					29.377	28.701

(\*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto ao BNB (vide nota explicativa nº. 14).

(2) Constitui garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

## Notas Explicativas

### 6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/03/12	31/12/11
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda - IR	(1)	6.547	3.925
Contribuição Social - CSLL	(1)	4.279	866
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(2)	10.895	10.003
Programa de Integração Social - PIS	(3)	909	999
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3)	4.186	4.604
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		389	364
Imposto sobre Serviços - ISS		409	352
Outros		2	2
		<u>27.616</u>	<u>21.115</u>
<b>Não-Circulante</b>			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(2)	<u>10.272</u>	<u>10.779</u>
Total		<u>37.888</u>	<u>31.894</u>

- (1) O ativo de Imposto de Renda – IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL correspondente às antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e saldo negativo do Imposto de Renda – IR e base de cálculo negativa da CSLL, referente ao período de 2008 e 2010.
- (2) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está composto da seguinte forma:
- (a) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº. 102 de 11 de julho de 2000, que em 31 de março de 2012 é de R\$ 18.495 (R\$ 19.256, em 31 de dezembro de 2011).
- (b) Diversos créditos de ICMS a recuperar no montante de R\$ 2.672 em 31 de março de 2012 (R\$ 1.526 em 31 de dezembro de 2011).
- (3) PIS e COFINS a compensar decorrente das antecipações de órgãos públicos e do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, no montante de R\$ 5.095.

### 7. SERVIÇOS EM CURSO

	31/03/12	31/12/11
Serviço próprio	21.044	18.435
Serviços prestados a terceiros	19.778	18.854
Total	<u>40.822</u>	<u>37.289</u>

Estão classificados neste grupo os serviços próprios e os serviços para terceiros em curso nos quais constam valores referentes aos gastos com Pesquisa e Desenvolvimento – P&D no montante de R\$ 3.868 (R\$ 3.160 em 31 de dezembro de 2011) e Programa de Eficientização Energética – PEE, no montante de R\$ 24.766 (R\$ 23.172 em 31 de dezembro de 2011) que serão transferidos para os respectivos grupos de taxas regulamentares (nota 17) quando os projetos forem concluídos.

## Notas Explicativas

### 8. OUTROS ATIVOS

	Ref.	31/03/12	31/12/11
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(a)	8.482	1.251
Adiantamentos a empregados		5.878	769
Adiantamentos a fornecedores		181	181
Serviços prestados a terceiros		845	822
RGR a compensar		533	533
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	1.139	1.124
		<u>1.810</u>	<u>1.476</u>
Total		<u>18.868</u>	<u>6.156</u>
Circulante		18.492	5.781
Não Circulante		376	375

Apresentado líquido da Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, no montante de R\$ 17.031 (R\$ 17.031 em 31 de dezembro de 2011), vide nota 4, item (c).

(a) O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº. 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

(b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

### 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo			
	31/03/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	33.968	8.492	36.332	9.083
Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	(8.538)	(769)	7.946	716
Total		<u>7.723</u>		<u>9.799</u>

## Notas Explicativas

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	31/03/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
<b>Ativo</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	44.851	44.851	43.802	43.802
Provisão para contingências	29.865	29.865	28.685	28.685
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	6.083	6.083	3.322	3.322
Incentivo Fiscal Sudene	42.506		28.386	-
Ajustes RTT				
Déficit plano previdenciário	134	134	134	134
Ativos e passivos regulatórios	16.115	16.115	16.115	16.115
Outros	1.797	1.797	1.728	1.728
<b>Total Ativo</b>	<b>143.450</b>	<b>100.944</b>	<b>124.271</b>	<b>95.885</b>
<b>Passivo (-)</b>				
Ajustes RTT				
Aplicação do "Hedge Accounting"	(463)	(463)	(506)	(506)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(14.090)	(14.090)	(11.543)	(11.543)
Ajuste da quota anual de amortização	(3.890)	(3.890)	(3.590)	(3.590)
Capitalização/(Amortização) de juros de acordo com o IFRS	(17.760)	(17.760)	(18.240)	(18.240)
Déficit plano previdenciário	(135)	(135)	(135)	(135)
Superávit plano previdenciário	(3.160)	(3.160)	(3.160)	(3.160)
Ativos e Passivos regulatórios	(66.791)	(66.791)	(47.255)	(47.255)
Custo de Captação	(3.193)	(3.193)	(3.510)	(3.510)
<b>Total Passivo</b>	<b>(109.482)</b>	<b>(109.482)</b>	<b>(87.939)</b>	<b>(87.939)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>33.968</b>	<b>(8.538)</b>	<b>36.332</b>	<b>7.946</b>

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais será de R\$ 22.172 em 2012 e R\$17.526 em 2013.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março 2012 e 2011:

## Notas Explicativas

	31/03/12		31/03/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	81.925	81.925	46.590	46.590
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(2.084)	(2.084)	(2.160)	(2.160)
Juros sobre capital próprio	-	-	(10.798)	(10.798)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após	79.841	79.841	33.632	33.632
Aliquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da	19.960	7.186	8.408	3.027
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do				
(+) Adições				
Contribuições e doações	20	7	20	7
Multas Indedutíveis	7	3	-	-
Depreciação veículos executivos	70	25	68	24
Outras adições	-	-	1	-
Subtotal Adições	97	35	89	31
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(1.011)	(364)	(1.048)	(377)
Incentivo fiscal SUDENE	(11.608)	-	(858)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT	(218)	-	(74)	-
Outras exclusões	(3.540)	-	(14)	-
Subtotal exclusões	(16.377)	(364)	(1.994)	(377)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	3.680	6.857	6.503	2.681
Corrente	3.725	5.603	8.493	3.397
Diferido	(45)	1.254	(1.990)	(716)
	3.680	6.857	6.503	2.681

### Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº. 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº. 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (Contratos de Concessão).

### 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	31/03/12	31/12/11
Trabalhistas	5.618	5.384
Cíveis	1.387	1.364
Fiscais	12.405	12.173
Total	19.410	18.921

## Notas Explicativas

---

### 11. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº. 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- (i) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- (ii) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- (iii) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- (iv) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº. 12).

## Notas Explicativas

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes a Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	144.781
Transferências - Intangíveis	92.685
Atualização Monetária / Valor Justo	2.547
Saldos em 31 de março de 2012	<u>240.013</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em dezembro de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

## 12. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/3/2012			31/12/11		
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
<b><u>Em serviço</u></b>						
Direito de Uso da Concessão	5,4%	647.135	(193.233)	30.122	484.024	562.087
<b><u>Em curso</u></b>						
Direito de Uso da Concessão		88.337	-	9.606	97.943	95.892
Total		<u>735.472</u>	<u>(193.233)</u>	<u>39.728</u>	<u>581.967</u>	<u>657.979</u>

## Notas Explicativas

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	721.744	(178.020)	18.363	562.087	86.184	9.708	95.892	657.979
Adições	-	-	-	-	31.654	(986)	30.668	30.668
Baixas	(128)	181	-	53	-	-	-	53
Amortização	-	(15.394)	1.839	(13.555)	-	-	-	(13.555)
Transferências - Intangíveis	22.574	-	(678)	21.896	(22.574)	678	(21.896)	-
Transferências - Ativos Financeiros	(97.055)	-	10.603	(86.452)	(6.439)	206	(6.233)	(92.685)
Transferências - Outros	-	-	(5)	(5)	(488)	-	(488)	(493)
Saldos em 31 de março de 2012	<u>647.135</u>	<u>(193.233)</u>	<u>30.122</u>	<u>484.024</u>	<u>88.337</u>	<u>9.606</u>	<u>97.943</u>	<u>581.967</u>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado e pela Administração da Companhia como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) (vide nota explicativa 11).

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o conseqüente um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como conseqüência, houve uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, em 31 de março de 2012, na reclassificação de R\$ 86.452 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro (Vide Nota 11), sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

## Notas Explicativas

### (a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

### (b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base nos resultados operacionais e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

## 13. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Fornecedores	31/03/12	31/12/11
Energia Elétrica:	63.293	64.018
Terceiros	62.475	63.021
Partes Relacionadas	818	997
Encargos de Uso da Rede	9.565	9.185
Terceiros	9.557	9.177
Partes Relacionadas	8	8
Materiais e Serviços	12.802	9.536
Terceiros	12.730	9.300
Partes Relacionadas	72	236
Energia Livre	9.016	9.016
Total	94.676	91.755
Circulante	85.660	82.739
Não Circulante	9.016	9.016

## Notas Explicativas

O saldo de não circulante refere-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho n.º 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo n.º 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28/09/2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22/11/2010 a liminar foi deferida.

### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	31/03/12	31/12/11
<b>Moeda nacional</b>							
BNB	10,00% a.a. a 13,20% a.a.	120	-	28.996	83.247	112.363	119.622
(-) Custos de transação		-	-	(155)	(221)	(376)	(420)
Subtotal - BNB		120	-	28.841	83.026	111.987	119.202
BNDES FINEM	TJLP+ 3,20% a.a./8,06% a.a.	426	-	11.823	99.145	111.394	114.258
Eletrobrás	5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	-	3.023	10.924	13.947	14.703
FINEP	5,27% a.a. a 5,34% a.a.	38	-	2.996	14.483	17.517	18.259
(-) Custos de transação		-	-	(39)	(86)	(125)	(137)
Subtotal - FINEP		38	-	2.957	14.397	17.392	18.122
Banco do Brasil	13,55% a.a. / 13,76% a.a.	11.864	12.926	-	233.070	257.860	250.361
(-) Custos de transação		-	-	(1.055)	(1.636)	(2.691)	(2.952)
Operações com Swap		-	-	-	(4.396)	(4.396)	(3.187)
Subtotal - Banco do Brasil		11.864	12.926	(1.055)	227.038	250.773	244.222
<b>Total moeda nacional</b>		<b>12.448</b>	<b>12.926</b>	<b>45.589</b>	<b>434.530</b>	<b>505.493</b>	<b>510.507</b>
<b>Moeda estrangeira</b>							
BANK OF AMERICA		158	-	(216)	16.593	16.535	16.456
Operações com Swap		-	-	(1.723)	316	(1.407)	(1.731)
Subtotal - BANK OF AMERICA		158	-	(1.939)	16.909	15.128	14.725
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>158</b>	<b>-</b>	<b>(1.939)</b>	<b>16.909</b>	<b>15.128</b>	<b>14.725</b>
<b>Total</b>		<b>12.606</b>	<b>12.926</b>	<b>43.650</b>	<b>451.439</b>	<b>520.621</b>	<b>525.232</b>

#### (a) Captação de recursos:

Não houve captação de recursos no trimestre.

#### (b) Condições restritivas financeiras (covenants):

O contrato mantido com Bank Of América prevê cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas informações trimestrais encerradas em 31 de março de 2012 e 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente

## Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/03/12			31/12/11		
	Dívida	Custos		Dívida	Custos	
		Transação	Líquido		Transação	Líquido
2013	43.984	(963)	43.021	56.353	(1.266)	55.087
2014	196.327	(764)	195.563	194.642	(764)	193.878
2015	141.878	(195)	141.683	141.737	(195)	141.542
2016	48.266	(18)	48.248	48.698	(18)	48.680
Após 2016	35.854	(4)	35.850	35.696	(4)	35.692
Total	<u>466.309</u>	<u>(1.944)</u>	<u>464.365</u>	<u>477.126</u>	<u>(2.247)</u>	<u>474.879</u>

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	
	Saldos em 31 de dezembro de 2011	53.016	457.491	(2.663)	
Ingressos	-	-	-	-	-
Encargos	9.639	1.853	96	-	11.588
Variação monetária e cambial	-	-	2	(509)	(507)
Swap	-	(322)	784	-	462
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	12	-	30	42
Transferências	11.880	(11.880)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(16.513)	-	-	-	(16.513)
(-) Custos de Transação	15	302	-	-	317
Saldos em 31 de março de 2012	<u>58.037</u>	<u>447.456</u>	<u>(1.781)</u>	<u>16.909</u>	<u>520.621</u>

## 15. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	31/03/12			31/12/11	
				Circulante	Encargos		Total	Total
					Circulante	Principal		
4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a	3.873	36.352	72.720	112.945	110.069
(-) Custos de transação				-	(257)	(194)	(451)	(529)
Total				<u>3.873</u>	<u>36.095</u>	<u>72.526</u>	<u>112.494</u>	<u>109.540</u>

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

A escritura de emissão das debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/03/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos		Debêntures	Custos	
		Transação	Líquido		Transação	Líquido
2013	36.360	(125)	36.235	36.360	(176)	36.184
2014	36.360	(69)	36.291	36.360	(69)	36.291
Total	<u>72.720</u>	<u>(194)</u>	<u>72.526</u>	<u>72.720</u>	<u>(245)</u>	<u>72.475</u>

## Notas Explicativas

A mutação das debêntures é a seguinte:

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	37.065	72.475	109.540
Encargos	2.876	-	2.876
(-) Custos de transação	27	51	78
Saldos em 31 de março de 2012	<u>39.968</u>	<u>72.526</u>	<u>112.494</u>

### 16. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>
Salários	3.735	464
Encargos sociais	1.208	649
Provisões Férias e 13º salário	1.829	2.044
Encargos Sobre Provisões de Férias e 13º salário	1.575	1.558
Provisão PLR	6.083	3.322
Total	<u>14.430</u>	<u>8.037</u>

### 17. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>
Reserva Global de Reversão – RGR		2.051	1.868
Conta de Consumo de Combustível – CCC		5.159	5.158
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		857	795
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		310	418
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		155	209
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	10.821	10.196
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	25.190	23.948
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		212	212
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		465	627
Total		<u>45.220</u>	<u>43.431</u>
Circulante		42.990	40.304
Não Circulante		2.230	3.127

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º. mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

### 18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda - IR	3.744	723
Contribuição Social - CSLL	5.537	3.608
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	26.676	27.000
Programa de Integração Social - PIS	2.314	2.345
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	10.659	10.800
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.188	1.521
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	488	296
Imposto sobre Serviços - ISS	689	718
Outros	388	310
Total	<u>52.683</u>	<u>47.321</u>

## Notas Explicativas

### 19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.909
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Pagos no período	<u>(5.118)</u>
Saldos em 31 de março de 2012	<u>791</u>

### 20. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 10.331 classificadas no passivo circulante (R\$ 6.415 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 19.534 no não circulante (R\$ 22.384 em 31 de dezembro de 2011) estão compostas como segue:

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	15.956	8.140	4.703	28.799
Constituição	180	376	1	557
Baixas/reversão	(136)	(169)	(1)	(306)
Remuneração	397	309	109	815
Saldos em 31 de março de 2012	<u>16.397</u>	<u>8.656</u>	<u>4.812</u>	<u>29.865</u>

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

#### Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência Trabalhista	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
	Atualizado	Instância		31/03/12	31/12/11
Ex-empregados da Companhia	1.809	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.809	1.766
	231	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	433	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	5.539	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.539	5.354
	4.350	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	364	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	9.049	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.049	8.836
	187	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	519	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u>22.481</u>			<u>16.397</u>	<u>15.956</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

## Notas Explicativas

### Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência Cível	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
	Atualizado	Instância		31/03/12	31/12/11
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	1.518	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.518	1.407
	1.202	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	562	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	1.540	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.540	1.516
	9.318	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	576	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	2.098	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.098	1.871
	3.172	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	619	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	659	1ª, 2ª e 3ª	Provável	659	635
	5.136	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	454	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa	74	1ª, 2ª e 3ª	Provável	74	44
	1.082	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	11	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	2.767	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.767	2.667
	55.630	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	4.811	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
<b>Total</b>	<b>91.229</b>			<b>8.656</b>	<b>8.140</b>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

*Clientes – Plano Cruzado* - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

*Indenização por perdas* – Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

*Acidente terceiros* – Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.

*Irregularidade de consumo* – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas questionando a lavratura de termos de ocorrências de irregularidades originados no desvio de energia, lavrados pela Concessionária.

*Negativação SPC / Serasa* - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais em virtude de negativação solicitada pela Concessionária em virtude de inadimplência.

## Notas Explicativas

*Outras* – Administrativa, Contrato de demanda, Poder normativo da concessionária, Contratos comercial/financeiro, Débito de terceiros, Honorários advocatícios, Corte indevido, Empréstimo compulsório, Contratos com terceirizados, Revisão de consumo de energia, Serviços de rede, Repetição de indébito, Racionamento de energia elétrica, Revisão de faturamento e Societário.

### Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência Fiscal	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
	Atualizado	Instância		31/03/12	31/12/11
ICMS	774	1ª, 2ª e 3ª	Provável	774	759
	36.369	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	28.084	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	65	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	29.487	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	10.986	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
COFINS	63	1ª, 2ª e 3ª	Provável	63	62
	1.076	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	29	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	101.161	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	18.659	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	3.917	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.917	3.825
	988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	58	1ª, 2ª e 3ª	Provável	58	57
	1.240	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	3.512	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u>236.468</u>			<u>4.812</u>	<u>4.703</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

*ICMS* - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude de eventual não recolhimento do ICMS no período supracitado, abrangendo apenas o exercício de 1996, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. O Estado do Rio Grande do Norte cobrou administrativamente esses valores e a COSERN moveu ação anulatória de débito fiscal contra essa cobrança, estando o processo aguardando sentença. Em sede de antecipação de tutela a exigibilidade do crédito foi suspensa reconhecendo o juiz a ocorrência da prescrição de todo o débito.

*ISS* - Refere-se a autos de infração lavrados pela Poder Público Municipal, exigindo ISS sobre serviço por terceiros.

*IRPJ/CSLL* - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

## Notas Explicativas

*INSS* – Refere-se a ação anulatória para desconstituir lançamentos relacionados a NFLD nº 35.814.150-8 que cobra supostos débitos previdenciários das competências de 01/1997 a 08/2006, oriundos de processos trabalhistas e salário indireto, e das competências de 02/1999 a 06/2006, referentes a retenções de serviços prestados por autônomos.. Parte dos valores reivindicados pelo INSS já foi atingido pela decadência. Contudo, os consultores legais da empresa entendem que a outra parte dos valores cobrados podem ser devidos e consideram que a provisão constituída é suficiente para fazer frente a futuros desembolsos.

*COFINS* – refere-se a processo judicial onde se busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008.

*Outras* – Demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

### 21. OUTROS PASSIVOS

	<u>Ref</u>	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>
Consumidores	(1)	14.148	13.375
Empregados - Adiantamento Acordo Coletivo		2	2
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		(74)	(16)
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Caução em Garantia	(2)	7.499	6.265
Encargos CBEE		21	21
Adiantamentos recebidos		2.657	2.463
Outras		(154)	(436)
Total		<u>24.392</u>	<u>21.967</u>
Circulante		<u>17.988</u>	<u>16.640</u>
Não Circulante		6.404	5.327

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

### 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro 2011 é de R\$ 179.787.

## Notas Explicativas

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	110.814.372	85,4	16.507.498	80,1	14.645.619	82,6	141.967.489	84,5
Iberdrola Energia S.A	8.147.546	6,3	2.217.674	10,8	1.417.164	8,0	11.782.384	7,0
Uptick	7.576.650	5,8	1.156.609	5,6	1.047.352	5,9	9.780.611	5,8
Previ	1.854.848	1,4	359.031	1,7	382.135	2,2	2.596.014	1,5
Outros	1.352.803	1,1	365.316	1,8	229.411	1,3	1.947.530	1,2
<b>Total</b>	<b>129.746.219</b>	<b>100,0</b>	<b>20.606.128</b>	<b>100,0</b>	<b>17.721.681</b>	<b>100,0</b>	<b>168.074.028</b>	<b>100,0</b>

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	118.537.132	85,4	17.657.921	80,1	15.666.286	82,6	151.861.339	84,5
Iberdrola Energia S.A	8.715.356	6,3	2.372.226	10,8	1.515.928	8,0	12.603.510	7,0
Uptick	8.104.674	5,8	1.237.214	5,6	1.120.343	5,9	10.462.231	5,8
Previ	1.984.114	1,4	384.052	1,7	408.766	2,2	2.776.932	1,5
Outros	1.447.082	1,1	390.775	1,8	245.399	1,3	2.083.256	1,2
<b>Total</b>	<b>138.788.358</b>	<b>100,0</b>	<b>22.042.188</b>	<b>100,0</b>	<b>18.956.722</b>	<b>100,0</b>	<b>179.787.268</b>	<b>100,0</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais “Classe A”, prioridade na distribuição de dividendos.

### Reservas de Capital

#### a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 179.315, foi gerada em função da reestruturação societária da sociedade que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente ao patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

#### b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 82.428, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

### Reservas de Lucros

#### a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº. 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

## Notas Explicativas

A Companhia apurou no período de três meses findos em 31 de março de 2012 o valor de R\$ 11.608 (R\$ 858 em 31 de março de 2011) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

### b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

### Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

## 23. RECEITA BRUTA

	<u>Ref.</u>	<u>31/3/2012</u>	<u>31/3/2011</u>
Fornecimento de Energia	(a)	171.612	128.397
Receita de operação e manutenção		167.132	126.687
Remuneração financeira wacc		4.480	1.710
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	(289)	6.069
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	243.738	210.067
Receita de operação e manutenção		237.374	207.270
Remuneração financeira wacc		6.364	2.797
Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão		40.243	35.858
Outras Receitas		3.872	3.939
Total		<u>459.176</u>	<u>384.330</u>

## Notas Explicativas

### (a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Nº de consumidores faturados (*)		MWh		R\$ mil	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Consumidores:						
Residencial	1.001.862	970.971	407.523	383.827	167.917	136.187
Industrial	5.024	5.192	155.086	155.987	45.964	41.319
Comercial	76.180	74.765	222.554	211.498	96.232	81.713
Rural	63.413	65.283	89.269	68.777	18.043	13.874
Poder Público	12.132	11.807	57.453	53.763	24.249	21.333
Iluminação Pública	5.661	5.214	37.571	37.012	8.722	7.795
Serviço Público	1.629	1.590	62.410	58.981	18.039	15.598
Consumo Próprio	99	93	1.173	1.070	-	-
Suprimento	4	4	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	1.441	(1.949)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	-	-	-	-	(227.272)	(196.038)
Subtotal	1.166.004	1.134.919	1.033.039	970.915	153.335	119.832
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	18.277	8.565
Total	1.166.004	1.134.919	1.033.039	970.915	171.612	128.397

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

### (b) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Ref.	31/03/12	31/03/11
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Livre		16.466	14.029
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(i)	227.272	196.038
Total		243.738	210.067

(i) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº. 1.618 de 23 de abril de 2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

### (c) Outras receitas

	31/03/12	31/03/11
Renda da prestação de serviços	389	195
Arrendamentos e Aluguéis	2.020	1.472
Serviço taxado	692	538
Taxa de iluminação pública	778	678
Administração de faturas de fraudes	(34)	142
Outras receitas	27	914
Total	3.872	3.939

## Notas Explicativas

### 24. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

	31/03/12	31/03/11
<b>IMPOSTOS:</b>		
ICMS	(78.165)	(64.183)
PIS	(6.929)	(5.668)
COFINS	(31.913)	(26.106)
ISS	(273)	(169)
<b>ENCARGOS SETORIAIS:</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(3.187)	(2.143)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(2.571)	(2.387)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(15.476)	(13.954)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(1.191)	(1.086)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(476)	(435)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(238)	(217)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(476)	(435)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(749)	(803)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(715)	(651)
Total	<u>(142.359)</u>	<u>(118.237)</u>

### 25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/03/12			31/03/11	
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	(7.560)	(3.079)	(6.674)	(17.313)	(17.857)
Administradores	-	-	(719)	(719)	(676)
Entidade de previdência privada	(547)	(120)	(192)	(859)	(480)
Material	(767)	(25)	(68)	(860)	(929)
Serviços de terceiros	(6.620)	(6.359)	(5.278)	(18.257)	(14.630)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(258)	(378)	-	(636)	(513)
Energia elétrica comprada para revenda	(119.717)	-	-	(119.717)	(116.268)
Encargos de uso do sistema transmissão	(18.156)	-	-	(18.156)	(15.167)
Amortização	(10.007)	(2.336)	(968)	(13.311)	(12.406)
Arrendamentos e alugueis	(2)	(31)	(98)	(131)	(98)
Tributos	(85)	-	(332)	(417)	(293)
Provisões Líquidas - PCLD	(2.182)	1.468	-	(714)	(1.919)
Perdas Conta a Receber/Consumidores	-	(2.952)	-	(2.952)	(2.038)
Provisões Líquidas - Contingências	-	-	(252)	(252)	1.463
Custo de construção da infraestrutura da Concessão	(40.243)	-	-	(40.243)	(35.858)
Alienação / Desativação de bens e direitos	-	-	(289)	(289)	(20)
Outros	(245)	(688)	(1.168)	(2.101)	(1.788)
Total custos / despesas	<u>(206.389)</u>	<u>(14.500)</u>	<u>(16.038)</u>	<u>(236.927)</u>	<u>(219.477)</u>

### 26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	31/03/12	31/03/11
Renda de aplicações financeiras	5.438	2.533
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	8.682	7.144
Variação monetária	4.988	8.067
Variação cambial	1.585	-
Operações Swap	1.316	151
Outras receitas financeiras	411	(1.037)
Total	<u>22.420</u>	<u>16.858</u>
Despesa Financeira	31/03/12	31/03/11
Encargos de dívida	(13.273)	(11.296)
Variação monetária	(2.431)	(3.084)
Variação cambial	(1.078)	-
Operações Swap	(1.779)	-
Multas Regulatórias	(902)	(212)
Outras despesas financeiras	(922)	(2.292)
Total	<u>(20.385)</u>	<u>(16.884)</u>

## Notas Explicativas

### 27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/03/12			31/12/11			31/03/11
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	
Coelba	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	57	-	-	110	-	
Celpe	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	847	371	-	705	357	-	
Termopernambuco	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	62	-	-	82	-	
Itapebi	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	1.068	193	-	884	153	-	
Geração CIII	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	25	-	-	19	-	
NC ENERGIA	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	14	-	-	6	-	
Neoenergia Serviços		Prestação de serviço	-	-	(672)	-	165	(404)	
	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	5	-	-	3	-	
			-	5	(672)	-	168	(404)	
Baguari I	a)	Energia comprada	-	145	(324)	-	174	(315)	
	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	15	-	-	17	-	
			-	160	(324)	-	191	(315)	
Bahia PCH I	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	10	-	-	9	-	
Rio PCH I	a)	Energia comprada	-	90	(200)	-	107	(194)	
	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	12	-	-	10	-	
			-	102	(200)	-	117	(194)	
Neoenergia	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	1	-	
Goiás Sul	a)	Energia comprada	-	90	(200)	-	107	(165)	
	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	11	-	-	13	-	
			-	101	(200)	-	120	(165)	
SE Naranjiba	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	5	-	-	4	-	
		Uso da Rede	-	-	(2)	-	-	-	
			-	5	(2)	-	4	-	
Afluente Geração	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	12	-	-	9	-	
Afluente Transmissão	b)	Uso da Rede	-	8	(24)	-	8	(26)	
	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	59	-	-	54	-	
			-	67	(24)	-	62	(26)	
Belo Monte	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	83	-	-	94	-	
Águas da Pedra	a)	Energia comprada	-	493	(1.104)	-	608	(1.080)	
	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	71	-	-	58	-	
			-	564	(1.104)	-	666	(1.080)	
Cia. Teles Pires	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	331	-	-	513	-	
Força Eólica do Brasil	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	56	-	-	-	-	
Calango 1	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	34	-	-	-	-	
Calango 2	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	33	-	-	-	-	
Calango 3	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	34	-	-	-	-	
Calango 4	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	34	-	-	-	-	
Calango 5	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	34	-	-	-	-	
Mel 2	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	27	-	-	9	-	
Arizona 1	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	31	-	-	-	-	
Caetité 1	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	33	-	-	1	-	
Caetité 2		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	35	-	-	-	-	
Caetité 3	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	33	-	-	1	-	
BB - Banco do Brasil	d)	Empréstimos e Financiamentos	4.396	255.168	(6.383)	3.186	247.409	(2.377)	
Neoenergia S.A.		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	4.411	(9.111)	
	e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	30	-	-	201	-	
		Aluguel/Comodato	-	18	(52)	-	18	-	
			-	48	(52)	-	4.630	(9.111)	
Previ - Caixa de Previsão		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	81	(1.677)	
Iberdrola Energia S.A.		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	314	(649)	
Amara Brasil	c)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	72	(273)	-	71	(215)	
Outros Minoritários		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	312	(646)	

## Notas Explicativas

---

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

### **a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica:**

Baguari I – Contrato n°. 4600017985, vigência de 01 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resolução ANEEL n°. 589 de 11 de dezembro de 2007.

Rio PCH I – Contrato n°. 4600015569, vigência de 17 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL n°. 1.163 de dezembro de 2007.

Goiás Sul – Contrato n°. 4600017990 e 4600017991, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resoluções Autorizáveis ANEEL n°. 881 e 882 de 24 de abril de 2007.

Energética águas da Pedra – Contrato 4600020539, vigência de 01 de agosto de 2007 até 31 de dezembro de 2040, conforme Resolução Normativa ANEEL n°. 232 de 19 de setembro de 2006.

### **b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)**

Afluentes – Contrato n°. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a Afluentes, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba – Contrato n°. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a SE Narandiba, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

### **c) Contratos de Prestação de Serviços**

Amara Brasil - Contrato n°. 4600022357, vigência de 16 de agosto de 2011 até 18 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL n°. 3.326, de 15 de agosto de 2011.

Neoenergia Serviços Ltda – Contrato n°. 4600019864, vigência de 08 de agosto de 2010 até 08 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL n°. 2.758, de 20 de setembro de 2010.

### **d) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras**

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial n°. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial n°. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial n°. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

## Notas Explicativas

---

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

### e) Debêntures Aplicação / Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado .

A remuneração total dos administradores para o trimestre findo em 31 de março de 2012 foi de R\$ 670 (R\$ 621 em 31 de março de 2011), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho. Não houve rescisão nos exercícios de 2011 e 2010.

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

### Considerações gerais:

Em 31 de março de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores justos.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 53.000 – é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor justo. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

## Notas Explicativas

---

- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
  - ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
  - ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.
- Instrumentos Financeiros Derivativos:
    - ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem nenhum caráter especulativo.
    - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

## Notas Explicativas

Os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	31/03/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	140.601	140.601	154.560	154.560
Titulos e valores mobiliários	114.891	114.891	46.153	46.153
Contas a receber de clientes e outros	422.453	422.453	432.256	432.256
Fundos Vinculados			-	-
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	(94.676)	(94.676)	(91.755)	(91.755)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(68.996)	(68.996)	(66.245)	(66.245)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(440.892)	(440.892)	(447.449)	(447.449)
Debêntures em moeda nacional	(112.494)	(112.219)	(109.540)	(131.643)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	(16.536)	(16.536)	(16.456)	(16.456)
Instrumentos financeiros derivativos	5.803	5.803	4.918	4.918

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

### Fatores de Risco

- Riscos financeiros
  - ✓ Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira indexado a variação cambial captada no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2011, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 31 de março de 2012 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 784.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia:

## Notas Explicativas

	Variação na taxa do US\$	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
1º trimestre 2012	-4,51%	(703)	(703)
1º trimestre 2011	9,90%	-	-

### ✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia:

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
<b>31/3/2012</b>			
<b>Ativos Financeiros</b>			
<b>CDI</b>	(4)	(80)	(80)
<b>SELIC</b>	(4)	-	-
<b>Passivos Financeiros</b>			
<b>CDI</b>	(4)	122	122
<b>31/3/2011</b>			
<b>Ativos Financeiros</b>			
<b>CDI</b>	(5)	(33)	(33)
<b>SELIC</b>	(2)	-	-
<b>Passivos Financeiros</b>			
<b>CDI</b>	(5)	133	133

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

### • Riscos operacionais

#### ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

## Notas Explicativas

### ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 15).

### ✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

### • Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano.	≤ 2,0 segmento de distribuição
Dívida de curto prazo/Dívida total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	≤ 20% segmento de distribuição
EBITDA/Despesa Financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	≥ 3,5 segmento de distribuição

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011.

## Notas Explicativas

---

### 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Reajuste Tarifário 2012

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.279, de 18 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2012, fixou em 10,28% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos componentes financeiros.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 6,43% sendo 6,05% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,35% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN  
Natal – RN

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, preparadas sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador (BA), 23 de abril de 2012

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2 SP 015199/O-6-F-BA

Paulo José Machado  
Contador CRC-1RJ 061.469/O-4-S-RN

Shirley Nara S. Silva  
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0-S-RN